



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
 COMBATE À FOME
 GOVERNO FEDERAL
 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
 INSTITUTO MENINO MIGUEL
 OBSERVATÓRIO DA FAMÍLIA
 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
 GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CRIANÇA, JUVENTUDE E
 PREVENÇÃO ÀS DROGAS
 PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DA
 ASSISTÊNCIA SOCIAL-CAPACITA SUAS
 ESCOLA DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SUAS - ESFOSUAS
 FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL –
 FADURPE
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

MACIEL EDVALDO DE LIMA SILVA

**UMA ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS DA AUSÊNCIA DO PLANO DE
 ACOMPANHAMENTO FAMILIAR NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE
 PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF.**

Recife – PE

2023

MACIEL EDVALDO DE LIMA SILVA

**UMA ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS DA AUSÊNCIA DO PLANO DE
ACOMPANHAMENTO FAMILIAR NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE
PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF.**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Políticas Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Maria Lima Bezerra

Recife – PE

2023

**MONOGRAFIA APRESENTADA COMO REQUISITO PARA A OBTENÇÃO DO
TÍTULO DE ESPECIALISTA EM POLÍTICAS SOCIAIS.**

MACIEL EDVALDO DE LIMA SILVA

Monografia Apresentada em ____ / ____ / ____

Orientadora, Prof^ª. Gabriela Maria Lima Bezerra

Prof.^ª. Raquel de Aragão Uchôa Fernandes
(1º EXAMINADOR)
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Prof.^ª Valéria Severina Gomes
(2º EXAMINADOR)
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação Universidade Federal Rural de
Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586a Silva, Maciel Edvaldo de Lima
UMA ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS DA AUSÊNCIA DO PLANO DE ACOMPANHAMENTO FAMILIAR NA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA - PAIF / Maciel Edvaldo de
Lima Silva. - 2023.
36 f.

Orientador: Gabriella Maria Lima Bezerra. Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Especialização em Políticas Sociais, Recife, 2023.

1. Assistência Social. 2. PAIF. 3. Acompanhamento. 4. Plano. 5. Família. I. Bezerra, Gabriella Maria Lima, orient.
II. Título

CDD 320.6

RESUMO

Os resultados e as informações apresentadas neste trabalho são derivados do processo de pesquisa realizado no desenvolver das disciplinas ministradas na Especialização em Políticas Públicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Esta pesquisa teve como objetivo central a proposição de análise do processo prático da equipe que integra o Programa de Atenção Integral à Família - PAIF, no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, principalmente no que se refere ao acompanhamento familiar e identificar as consequências da ausência do Plano de Acompanhamento na execução do Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF) para os usuários e para a equipe de Assistência Social. Serão realizados diálogos com os usuários do programa e com os profissionais envolvidos na sua execução, a fim de entender as causas da ausência do Plano de Acompanhamento e os impactos que essa falta tem na efetividade do programa. Com base nos resultados das análises, será elaborado um Plano de Acompanhamento que possa ser implementado na execução do PAIF, garantindo uma maior efetividade do programa e uma melhor qualidade de vida para os usuários. O projeto de intervenção também incluirá capacitação para os profissionais envolvidos, a fim de que possam executar o plano de forma eficiente e eficaz. A expectativa é que o projeto contribua para a melhoria do programa e para a promoção de políticas públicas mais efetivas na área de Assistência Social. As análises serão construídas através de leitura do processo teórico e prático da equipe de referência, também de materiais já disponíveis para respaldar a execução do Acompanhamento Familiar pelo PAIF, porém buscando adequar o Planejamento Familiar nesse processo. O intuito foi identificar o formato em que a prática é compreendida, possibilitando assim um acompanhamento que venha de fato trazer transformações significantes dentro do contexto familiar, para que a mesma venha transitar pela Proteção Especial e ter seus vínculos fortalecidos. Dividido em três capítulos, no primeiro trago minha trajetória até chegar à conclusão dessa especialização, com desafios e conquistas, como também minha trajetória dentro da Política de Assistência Social. No segundo capítulo são apresentadas algumas definições de família de acordo com alguns autores que serviram de respaldo para a construção deste trabalho, também foram construídas reflexões sobre o trabalho social com as famílias e o Plano de Acompanhamento Familiar dentro do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Famílias (PAIF). No terceiro e último capítulo é apresentado o projeto de intervenção dentro da perspectiva de alinhar, ajustar e qualificar a oferta de atendimento às famílias dentro da Proteção Social Básica por meio do

Plano de Acompanhamento Familiar, extirpando os danos da sua ausência na Execução do PAIF.

Palavras-Chave: PAIF; Proteção Social Básica; Assistência Social

1 - INTRODUÇÃO

No ano de 1988, após a aprovação da Constituição Federal, a Assistência Social passou a ser uma Política Pública onde o sujeito à tem como um direito e dever Estado, como preconiza a Seguridade como sendo um dos pilares para a garantia da mesma, assim como a Saúde e a Previdência Social.

Neste momento, no Brasil, a assistência social passa a ser atribuição do poder público, com a missão e o dever de proteger os indivíduos na sociedade, no meio em que estão inseridos, levando em conta suas particularidades, garantindo assim, a Proteção Básica e a Proteção Especial.

O Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) é uma política pública brasileira que busca promover a proteção social das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Entre as principais ações do PAIF está o acompanhamento das famílias por meio de visitas domiciliares realizadas por profissionais capacitados.

No entanto, a ausência de um plano de acompanhamento na execução do PAIF pode ter diversas consequências negativas. Sem um planejamento adequado, as visitas domiciliares podem se tornar pouco efetivas, não atendendo às necessidades das famílias acompanhadas. Além disso, pode haver falta de organização e integração entre as equipes que atuam no programa, dificultando a troca de informações e comprometendo a qualidade do serviço prestado.

Outra consequência da falta de um plano de acompanhamento pode ser a falta de monitoramento e avaliação dos resultados alcançados pelo programa. Sem um acompanhamento sistemático, não é possível saber se as ações do PAIF estão realmente promovendo melhorias na qualidade de vida das famílias assistidas.

Em resumo, a ausência de um plano de acompanhamento na execução do PAIF pode comprometer a efetividade e qualidade do programa, além de dificultar a avaliação de seus resultados. É fundamental, portanto, que as equipes responsáveis pela implementação do PAIF desenvolvam e implementem um plano de acompanhamento adequado e eficiente.

Desta forma, este trabalho de conclusão de curso, com seu fundamento na Política de Assistência Social traz uma abordagem de suma importância e objetiva entender por meio das reflexões construídas durante este percurso de teoria e da prática na execução técnica dentro da assistência, como também através de observações da execução do PAIF na proteção básica, além da pesquisa de cunho bibliográfico

É de fundamental importância a construção de um planejamento no acompanhamento dos usuários, por meio de uma política de assistência marcada pelo suporte técnico eficiente e acolhedor, especificamente do trabalho social desenvolvido com as famílias que passam a ter uma atenção transformadora dentro do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Especificamente na execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, que é consolidado a partir de três dimensões. (CADERNO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS – PAIF, 2 MDS)

A primeira dimensão trata do processo de Acolhimento, e compreende o primeiro contato com as famílias, na qual são realizadas as primeiras escutas e identificadas as necessidades e demandas dos usuários. É um momento importante para o estabelecimento de vínculos de confiança e para a sensibilização da família quanto à importância do serviço.

A segunda dimensão é o Desenvolvimento de Potencialidades e Capacidades. Nesse processo são realizadas atividades que visam desenvolver as habilidades e competências das famílias para a superação de suas vulnerabilidades. São desenvolvidas ações para fortalecer os vínculos familiares e comunitários, bem como para promover a participação social e a autonomia dos usuários.

E por último, e não menos importante, a dimensão da Proteção. Essa visa garantir a proteção social das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. São desenvolvidas ações de prevenção, orientação e encaminhamento para a rede de serviços, com o objetivo de garantir a garantia de direitos, a redução de danos e a superação das violações de direitos.

A proposta apresentada neste trabalho explana sobre a Proteção Social Básica, de maneira especial sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e sobre a singularidade do Plano de Acompanhamento Familiar (PAF), como ferramenta estratégica para o trabalho social com famílias.

A proteção social básica tem em seu papel o desenvolvimento e protagonismo da população, através do processo de defesa intransigente dos direitos humanos. Sua efetiva atuação está voltada à prevenção e redução de vulnerabilidades sociais e fragilização dos vínculos familiares e comunitário, atuando de forma que aconteça a inserção de famílias e indivíduos na Rede Socioassistencial, e também em outras políticas que atuam em concordância com a Assistência Social.

Este trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro é apresentado um memorial narrando toda a minha trajetória de vida e profissional, e de alguns pontos

importantes no decorrer das aulas dessa Especialização, para chegarmos até este momento de consolidação dos aprendizados com o TCC.

No segundo, é apresentado o conceito atual de família, os desafios no desenvolvimento do Trabalho Social com as famílias dentro da Política de Assistência Social, e algumas estratégias fundamentais para um acompanhamento familiar qualificado e com resultados qualificados e eficientes.

Por fim, este trabalho apresenta no terceiro capítulo o Projeto de Intervenção, que traz pontos cruciais referente a ausência do Plano de Acompanhamento na execução do Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF), com estratégias e ações que poderão ser desenvolvidas junto à equipe executora do acompanhamento dentro do Programa.

2 - MEMORIAL

Nasci e cresci na zona rural da cidade de Lagoa de Itaenga/PE, um lugar marcado pelas práticas, culturas e vivências rurais, onde a educação não era tida como prioridade. Estudei numa casa simples como poucos alunos, vendo desde cedo a precarização da Educação na Zona Rural e suas consequências. Entretanto, as adversidades não impediram que eu desenvolvesse, por meio da Educação, a curiosidade de conhecer o mundo e o que há de mais sublime nele.

Ainda criança, mudei com meus pais para uma residência na Zona Urbana do mesmo município, agora com duas irmãs. O acesso à Educação já não era tão precarizado, e com o incentivo da minha mãe fui crescendo e me desenvolvendo dentro dessa perspectiva que gerava em mim a vontade de querer, de alguma forma, transformar minha realidade e a realidade da minha família.

Desde sempre aluno de Escola Pública, fui também imerso, ao mesmo tempo, no contexto de trabalho infantil incentivado, sem prioridade na manutenção dos direitos básicos, e que tomava parte do meu tempo, quando não estava em sala de aula. O que me faz lembrar do trabalho de Emerson e Souza (2008):

A composição familiar também afeta o trabalho infantil. Muitas crianças trabalham mais quanto maior é o número de irmãos, principalmente os mais novos. Em pesquisa incluindo a ordem de nascimento, constatou-se que o último a nascer teve menor probabilidade de trabalhar do que seu irmão mais velho, isto é, algumas crianças trabalham para permitir que outras estudem (EMERSON; SOUZA, 2008, p 26).

No início da minha juventude, muito cedo, precisei trabalhar e me responsabilizar pela manutenção e subsistência da minha família, haja vista que a figura paterna, que tínhamos como sendo o mantenedor, não era dotado de responsabilidades. Foi daí que comecei a trabalhar em uma Livraria e Papelaria na cidade onde moro atualmente, vivendo na prática as consequências do processo de relação Trabalho e o Homem.

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, inter-relação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. (LUKACS, 1981, p. 02).

Nesse momento ingressei pela primeira vez no universo acadêmico, especificamente no curso tecnológico em Segurança do Trabalho, ali era mais uma etapa de fortalecimento desse processo educacional que despertou em mim o ser curioso junto à necessidade de pesquisar e desenvolver o processo de escrita, mesmo não sendo esse ainda o campo de atuação que me tornaria o profissional que sou hoje.

Vale destacar que minha adolescência e parte da minha juventude foi marcada por um contexto extremamente religioso, onde a religião por muitos anos me fez usar lentes do conservadorismo, assumir posições contraditórias a Ciência, e somente anos depois pude perceber o quanto tive uma vida de equívocos posicionamentos, vendo a vida passar pela janela da minha existência, até que um dia precisei sair pela porta e assumir um processo crítico e compreender as consequências das múltiplas expressões da questão social sob outra égide.

No dia 10 de janeiro de 2016, pela primeira vez, estava sendo empossado ao cargo de Conselheiro Tutelar, após um processo de escolha, ao qual construí diversas críticas. Nesse momento nasce um defensor dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, que bateria de frente com os aspectos culturais de uma sociedade marcada pelo conservadorismo que faz com que nossas crianças tenham seus direitos violados e muitas vezes de forma romantizada pela mesma sociedade.

Art. 131 – O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei. (BRASIL, 1990)

Durante este período em que estive como conselheiro tutelar, fui imergido numa vastidão de conhecimentos que chegavam até mim através das formações continuadas, capacitações, encontros regionais, estaduais e nacional onde tive o privilégio de aprender por meio de grandes pesquisadores da área do Direitos humanos. Em Pernambuco, tinha como referência a Escola de conselhos, compostas por grandes referências como Professor Silvino, Professor Humberto Miranda e tantos outros os quais faço questão de mencionar neste parágrafo deste memorial.

As Conferências Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foi o primeiro espaço democrático de diálogos, debates coletivos e construção de propostas transformadoras no campo dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes que tive a satisfação de participar.

Os seis meses iniciais de atuação como conselheiro tutelar, com a aproximação à Política de Assistência Social através dos equipamentos existentes nela, das articulações,

encaminhamentos, diálogos, foi suficiente para entender que cursar Serviço Social era o caminho ideal para percorrer a partir daquele momento, como aconteceu. A partir dali um capítulo magistral estava começando a ser escrito na minha história.

Em julho de 2016, como bolsista, iniciava o curso de Bacharelado em Serviço Social no Centro Universitário da Vitória de Santo Antão – UNIVISA

Na organização do conhecimento escolar, em praticamente todos os níveis de ensino, a imagem hegemônica que orienta as ações educacionais é a do encadeamento, matriz do pensamento cartesiano, tão bem caracterizado no livro *Discurso do método* (Descartes, 1978).

Na perspectiva de Descartes, o processo de construção do conhecimento só poderia ser dotado de confiabilidade se o ponto inicial fosse caracterizado por “ideias claras e distintas”. Desta forma, diante de uma complexa dinâmica, o caminho como também o método, era somente um: decompor, analisar e por fim reduzir o denominado complexo de ideias simples.

Foram 4 anos de aprendizado onde pude compreender a sociedade de uma outra perspectiva e entender o valor que o processo de pesquisa tem dentro e fora do universo acadêmico. No mesmo ano em que ingressei na universidade, presenciei um fator no cenário brasileiro, o Golpe de 2016, que destituiu a primeira mulher presidente, onde a construção se deu pela mídia, pelo Congresso Nacional e também pelo segmento do poder judiciário.

O contexto abriu diversos debates, principalmente nos espaços acadêmicos sobre o princípio do enquadramento do Brasil no contexto neoliberal.

Envolto em seminários, discussões temáticas, congressos, debates, estágio, produção, apresentação e aplicação de projeto de intervenção, no dia 22 de janeiro de 2020 finalizava um ciclo crucial na minha trajetória. Um momento ímpar que seria um divisor de águas, que me tornaria não só mais um profissional do Serviço Social, mas um defensor ferrenho da Política de Assistência Social.

Em março do mesmo ano, reconduzido e recém empossado para mais um quadriênio ao cargo de Conselheiro Tutelar, decidi renunciar para atender ao convite do Então Secretário de Assistência Social de Lagoa de Itaenga, agora para coordenar o Projeto Catavento – Mobilização Social de Enfrentamento ao Trabalho Infantil. Tamanho era o desafio, mas decidi abraçar esse projeto e dali iniciar uma trajetória magistral no SUAS.

O Projeto Catavento - Mobilização Social Contra o Trabalho Infantil executado atualmente no Município de Lagoa de Itaenga, é uma proposta de continuação do projeto que teve início em 2019. O Projeto foi aprovado e financiado pelo Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, com recursos da captação de Imposto de Renda- IR, em parceria com o Programa Amigo de Valor.

O Projeto Catavento tem como objetivo reduzir a vulnerabilidade e o acesso de crianças e adolescentes ao trabalho infanto-juvenil através da oferta de serviços especializados, da sensibilização social e da formação dos profissionais que atuam, diretamente, nos serviços de atendimento a criança e adolescentes no município de Lagoa de Itaenga. (CATAVENTO, 2019)

No mês de março de 2022, ao assumir a coordenação do então projeto, se alastrou no Brasil e no Mundo um vírus que mudaria não só os aspectos pedagógicos da execução de um projeto, mas o curso da vida do mundo inteiro. Inúmeros foram os desafios instaurados.

Trabalhar a perspectiva do trabalho Infantil em uma sociedade que se contrapõe é um desafio, e no contexto de pandemia se tornou ainda mais desafiador.

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários. (IAMAMOTO, 1998, p. 17).

Neste mesmo contexto, já imerso na dinâmica do SUAS no município de Lagoa de Itaenga, mas um desafio me foi apresentado. Em assembleia realizada pelo CMAS, fui eleito para um período de dois anos como Presidente do referido Conselho Municipal de Assistência Social. A partir de então, junto aos demais conselheiros, passamos a dialogar sobre a execução da Política no município e construir pontes para fortalecer as ações executadas.

Nesse processo passei a conhecer de perto o processo de financiamento e gestão da Política de Assistência Social com seus desafios para manutenção da Proteção Social Básica e Especial, com equipes técnicas que produzem também atendimento técnico aos usuários.

Entendemos que o modelo atual de Assistência Social no Brasil foi embasado na Constituição federal de 1988, como também pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. A partir da Norma Operacional Básica – NOB SUAS de 2005 surge uma nova configuração, e agora com um papel essencial de Controle Social da Política de Assistência Social.

Conforme conteúdos e referenciais apresentados durante as aulas, podemos destacar Yazbek que destaca a importância da participação da sociedade na formulação e implementação de políticas públicas, principalmente dos grupos sociais diretamente afetados por elas. Para ela, a construção de políticas públicas solidárias passa pela democratização das decisões e pela ampliação da cidadania participativa.

Outro aspecto destacado por Yazbek é a importância da articulação entre políticas setoriais e territoriais, de modo a garantir a integração das ações e a efetividade das políticas

públicas. Essa articulação deve ser realizada em diálogo com as demandas da população e em consonância com os princípios da universalidade e da equidade.

O Conselho de Assistência Social é um desses espaços de participação defendido por Yazbek, que se trata de um órgão diretamente vinculado ao Poder Executivo, com caráter permanente e composto de forma paritária com representação do Governo e da Sociedade Civil e que não atua de forma isolada, e sim de forma integrada com os outros Conselhos existentes.

A necessidade de articulação e integração dos conselhos de Assistência Social com outros conselhos de políticas públicas responde fundamentalmente ao fato de que a organização setorial dessas políticas e dos respectivos conselhos é parte de um modelo fragmentado de tratamento da questão social. Tratamento baseado na segmentação das respostas aos problemas e necessidades sociais que impede que sejam percebidos e atacados nas suas causas estruturais, impondo, por isso, estreitos limites aos resultados alcançados pelo conjunto dessas políticas (RAICHELIS, 2006).

Dentre tantas experiências adquiridas por meio do CMAS, a realização de uma Conferência Municipal de Assistência Social em um contexto de pandemia, provocando a participação do Governo e da Sociedade Civil foi desafiador.

Com seu caráter deliberativo e realizada a cada dois anos, a conferência é importante porque se trata de fóruns democráticos e abertos para a participação de diversos atores, organismos e instituições envolvidas tanto na formulação, no processo de gestão e por fim o controle da Política de Assistência não só no município, como também na esfera estadual e Federal, objetivando dessa forma o fortalecimento e a continuidade das ações desenvolvidas. Nesse momento de conferência notei a importância do processo de avaliação da política com formulação de diretrizes objetivando aperfeiçoar o SUAS.

Como forma de embasamento no meu processo de atuação, tanto no CMAS, como na execução da Política de Assistência Social tive como respaldo todo aprendizado adquirido através dos cursos ofertados pelo CapacitaSUAS em Pernambuco.

Iniciando com o curso Gestão Financeira na Assistência Social em março de 2021, pude compreender as estratégias fundamentais para um processo de gestão do SUAS. Além desse, outros cursos foram e ainda continuam sendo essenciais no meu fazer profissional, como A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL; A ATUAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SITUAÇÃO DE CALAMIDADE; A ATRIBUIÇÃO DA EQUIPE DE REFERÊNCIA E O DESAFIO NO TRABALHO MULTIPROFISSIONAL; ATUALIZAÇÃO DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;

ATUALIZAÇÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO E OFERTA DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA; CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DROGAS E INTERFACES COM O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO; GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS; O MARCOS REGULATÓRIOS DA SOCIEDADE CIVIL – MROSC; O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E A MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO EM SERVIÇO DE FAMÍLIA ACOLHEDORA; ORGANIZAÇÃO DOS(AS) TRABALHADORES(AS) DO SUAS E FORTALECIMENTO POLÍTICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL; O SUAS E OS NOVOS DESAFIOS PARA A GESTÃO DO TRABALHO; PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO, DIVERSIDADE E DIREITOS; PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS; RELATÓRIOS, LAUDOS E PARECER SOCIAL; TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL; além de outros que produziram momentos muita reflexão, debates e troca de experiências, além estratégias de fortalecimento da execução da Política de Assistência Social nos municípios de Pernambuco.

A formação continuada no SUAS (Sistema Único de Assistência Social) é extremamente importante para garantir a qualidade e eficácia dos serviços prestados aos usuários. Além disso, a formação também possibilita a atualização dos profissionais da área de assistência social, permitindo que eles adquiram novos conhecimentos, habilidades e competências, e possam aplicá-los no dia a dia de trabalho. Isso ajuda a melhorar a qualidade dos serviços prestados aos usuários, contribuindo para a promoção da cidadania e a melhoria das condições de vida das pessoas atendidas.

Além disso, a formação continuada também é importante para o desenvolvimento profissional dos trabalhadores da assistência social, possibilitando a ampliação de suas perspectivas de carreira e aprimoramento de suas habilidades e competências. Isso pode contribuir para a valorização da profissão e para a retenção de profissionais qualificados no setor.

A formação continuada no SUAS também é importante para aprimorar a gestão das políticas públicas de assistência social, permitindo que os gestores e coordenadores de programas e projetos possam ter acesso a novas metodologias, ferramentas e técnicas de gestão. Isso pode contribuir para a melhoria da eficácia e eficiência dos serviços prestados, e para a melhoria da gestão dos recursos públicos.

A formação continuada no SUAS é essencial para garantir a qualidade e eficácia dos serviços prestados aos usuários, para o desenvolvimento profissional dos trabalhadores da assistência social e para aprimorar a gestão das políticas públicas de assistência social.

Durante este processo, como consequência do estágio supervisionado, o qual realizei em uma casa de acolhimento para crianças e adolescentes no município de Vitória de Santo Antão, a convite da Secretaria Municipal de Assistência Social, juventude e cidadania do mesmo município, passei a atuar dentro da Proteção Social Básica, especificamente em um dos cinco Centro de referência da Assistência Social - CRAS existente no município.

Conforme consta na PNAS (MDS, 2004), caracteriza-se como atribuição do CRAS, sobre a orientação do gestor municipal da pasta de Assistência Social, efetivar o mapeamento, como também a organização de toda a Rede Socioassistencial da proteção básica, organizando o processo de introdução das famílias que estão situadas em uma determinada área de abrangência nos respectivos serviços de assistência social, como também encaminhar a população da cidade para as demais políticas, sejam elas públicas ou sociais, quando necessário, possibilitando a extensão das ações Intersetoriais buscando o rompimento com a exclusão social, e evitando que tais indivíduos, famílias e grupos tenham seus direitos violados.

O assistente social tem um papel fundamental na atuação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que é uma unidade pública responsável por prestar serviços de proteção social básica às famílias em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, o assistente social é responsável por realizar o diagnóstico socioeconômico das famílias atendidas e elaborar planos de intervenção para promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

É importante destacar que a atuação do assistente social no CRAS pode enfrentar diversos desafios, entre os quais se destacam:

1 - Sobrecarga de trabalho: devido à demanda crescente por serviços de assistência social, os profissionais do CRAS muitas vezes se vêem sobrecarregados, o que pode comprometer a qualidade do atendimento prestado.

2 - Falta de recursos: a falta de recursos financeiros e materiais pode limitar a capacidade do CRAS de prestar serviços de qualidade às famílias atendidas, o que pode prejudicar o trabalho do assistente social.

3 - Dificuldade de acesso aos serviços: em algumas regiões, pode ser difícil para as famílias em situação de vulnerabilidade social acessarem os serviços do CRAS, o que pode comprometer o trabalho do assistente social.

4 - Conflitos familiares: o trabalho do assistente social no CRAS muitas vezes envolve lidar com conflitos familiares e situações de violência doméstica, o que pode ser emocionalmente desgastante.

Para enfrentar esses desafios, é importante que os assistentes sociais no CRAS recebam apoio institucional, incluindo recursos financeiros e materiais adequados, além de capacitação e suporte técnico para aprimorar sua atuação. Além disso, é fundamental que haja uma articulação entre o CRAS e outras políticas sociais, de modo a garantir uma rede de proteção social ampla e integrada.

Após um ano e três meses de atuação no CRAS, fui convocado após um processo seletivo para atuar na Proteção Social Especial, especificamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, ainda no município de Vitória de Santo Antão, onde atuo até o presente momento.

Atuar na proteção social especial na assistência social é uma tarefa extremamente importante e desafiadora. Uma área que objetiva proteger indivíduos, famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade social, seja por violência, abuso, negligência ou outras formas de violação de direitos. Para isso, a importância do trabalho em conjunto com outros órgãos governamentais e da sociedade civil, oferecendo serviços de acolhimento, acompanhamento psicossocial, orientação jurídica e encaminhamento para outras políticas públicas.

Um dos maiores desafios para nós que atuamos na proteção social especial é lidar com a complexidade das situações de vulnerabilidade social que se apresentam. Isso exige que nós profissionais tenhamos uma formação sólida e contínua, que nos capacite para lidar com as demandas de uma população em situação de risco e vulnerabilidade como mencionado acima. Além disso, é preciso que tenhamos sensibilidade e compromisso com a garantia dos direitos humanos, de forma a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Outro aspecto importante da atuação na proteção social especial é a necessidade de articulação com outros órgãos e instituições. Isso envolve uma série de estratégias de cooperação, como a criação de redes de proteção social, a articulação com outras políticas públicas e a colaboração com organizações da sociedade civil. Essa articulação é fundamental para a efetividade das políticas de proteção social especial, uma vez que os problemas enfrentados pelos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade são multifacetados e requerem soluções integradas e compartilhadas.

Cabe destacar que a atuação na proteção social especial na assistência social é uma atividade de grande relevância para a promoção dos direitos humanos e para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. É um trabalho que exige habilidades técnicas e

socioemocionais, bem como um compromisso ético e político com a garantia dos direitos humanos e da cidadania. Nesse sentido, é fundamental que os profissionais que atuam na área estejam sempre em busca de atualização e aprimoramento, de forma a oferecer um atendimento de qualidade e respeito à dignidade das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Buscando atender isso foi que somei esforços para realizar esta especialização, através do CapacitaSUAS/PE, que busca fortalecer os trabalhadores do SUAS do Estado. Durante este percurso na Especialização, foram imprescindíveis a troca de experiências e a busca por suporte teórico e prático, com alunos e professores dispostos a contribuir para o fortalecimento desse processo.

Os resultados não poderiam ser outros, a especialização trouxe consigo diversos resultados positivos para os profissionais que atuam na área da assistência social. Essa especialização emergiu com uma formação mais aprofundada sobre o SUAS, suas políticas, programas e serviços, além de abordar temas específicos relacionados à proteção social, como a atuação na proteção social básica e especial, o trabalho com famílias, a inclusão social, Políticas Estaduais e a garantia de direitos.

Um dos principais resultados da especialização no SUAS foi e será o aprimoramento técnico dos profissionais. A formação permitiu que os profissionais ampliassem seus conhecimentos teóricos e práticos, aprofundando-se em questões específicas da área como desenvolvimento de habilidades mais especializadas para atuar com a população em situação de vulnerabilidade social. Com isso, os profissionais estarão mais capacitados para lidar com as complexidades das situações de vulnerabilidade social, promovendo um atendimento de qualidade e mais efetivo para os usuários.

Outro resultado importante da especialização é a valorização profissional. Os profissionais que possuem formação específica na área da assistência social têm mais chances de se destacar no mercado de trabalho, conquistar novas oportunidades e assumir cargos de liderança e gestão. Além disso, a especialização no SUAS pode ser um critério de seleção em concursos públicos e processos seletivos, aumentando as chances de contratação em órgãos governamentais.

A especialização também contribuirá para a melhoria das políticas públicas de assistência social. Os profissionais formados na área podem atuar em diferentes esferas governamentais e não governamentais, influenciando a implementação de políticas mais efetivas e adequadas às necessidades da população em situação de vulnerabilidade social.

Essa atuação pode ser realizada tanto na formulação quanto na execução de políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento do SUAS.

Por fim, a especialização traz benefícios para a sociedade como um todo. Profissionais mais capacitados e especializados têm mais chances de promover uma assistência social de qualidade e respeito aos direitos humanos, contribuindo para a inclusão social e a redução das desigualdades sociais. Assim, a especialização através do CapacitaSUAS pode ser vista como um investimento não apenas na carreira profissional, mas também na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

3 – PLANO DE ACOMPANHAMENTO FAMILIAR NO PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF) NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

3.1 Conceito de família

A família é uma instituição social fundamental que existe em todas as culturas do mundo. Tradicionalmente, a família era vista como uma unidade formada por um pai, uma mãe e seus filhos biológicos, mas ao longo do tempo, a definição de família mudou e se expandiu para incluir muitas outras formas de relacionamentos familiares.

Atualmente, a família é geralmente definida como um grupo de pessoas unidas por laços afetivos, laços de parentesco ou adoção, que vivem juntas e compartilham responsabilidades e recursos econômicos. Isso pode incluir famílias monoparentais, famílias reconstituídas, famílias com pais do mesmo sexo, famílias adotivas e muitas outras formas de famílias não convencionais.

A definição de família também mudou em relação ao seu papel na sociedade. Antes, a família era vista como a principal instituição social responsável por criar e educar crianças. No entanto, atualmente, muitas famílias optam por delegar essas responsabilidades para outras instituições, como escolas e creches.

Além disso, a família também desempenha muitos outros papéis na sociedade, como fornecer apoio emocional e financeiro, cuidar dos membros mais velhos ou doentes da família, e ajudar a criar e manter tradições e valores culturais.

A definição de família mudou muito ao longo do tempo e se expandiu para incluir muitas formas não convencionais de relacionamentos familiares. A família desempenha um papel importante na sociedade como uma fonte de apoio e cuidado, e é uma instituição social fundamental em todas as culturas do mundo.

Tratando-se da Constituição Federal de 1988, especificamente no Art. 226, podemos identificar um rol de conceitos, salientando que a mesma não elimina a possibilidade de outros modelos e configurações familiares no século presente.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuito a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 66, de 2010)

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Dessa maneira, a família vem sendo entendida como o núcleo onde o indivíduo é capaz de desenvolver as mais diversas potencialidades de maneira individual e coletiva, não desvalendo o princípio da dignidade humana, além da manutenção dos princípios regidos pelos seus direitos.

Mediante todos os aspectos que envolvem uma família, podemos reiterar o processo de conceituação como sendo a unidade fundamental para a construção do caráter de um membro. Sendo assim, é de suma importância o reconhecimento de toda e qualquer forma de família, tanto perante a sociedade civil brasileira como também perante a Lei. Assim, pais solteiros, ou mãe solteiras e também casais homo afetivos precisam ter os mesmos direitos, os mesmos reconhecimentos e acima de tudo o respeito por parte das famílias convencionais brasileiras.

É possível compreender que na sociedade atual ocorreram diversas e significativas melhorias no reconhecimento dessas famílias com as mais diversas configurações, mas que ainda é preciso discutir e fazer com que essa parcela conservadora da sociedade entenda que não há um “modelo” ideal a ser seguido, e reproduzido nas próximas gerações. Dessa maneira, os casais homossexuais, a exemplo, conseguem adotar como uma certa facilidade, a realidade que em outros momentos na história da sociedade brasileira seria visto de forma absurda por conta da estrutura da conjuntura nos moldes patriarcalistas.

Entretanto, nos dias atuais ainda é visível diversas posturas e movimentos que acabam por reproduzir os atos preconceituosos, nos mais diversos espaços. Além disso tudo, existem lares onde há somente a presença da figura materna e esse modelo familiar é norteador por inúmeros desafios quando marcado pela existência e manifestação do machismo.

Observando esses fatos, ainda com toda a evolução que estamos acompanhando nos últimos anos, ainda há a existência, ou permanência do preconceito, por conta que o Brasil ainda é considerado um dos países que mais violentam mulheres como também homossexuais do mundo, segundo estudiosos e pesquisadores locais. Além disso, compreende-se que essas mesmas famílias diariamente enfrentam inúmeros desafios postos por parte dessa sociedade preconceituosa, e por consequência, inúmeros jovens e crianças terminam sendo privados do seu direito de ter um ambiente familiar que possa acolher.

Podemos afirmar que ainda há a permanência de aspectos e conceitos arcaicos, homofóbicos e machistas nessa sociedade. Mediante isso, é necessário que as Escolas, com

metodologias eficientes, sejam fortes aliadas nesse processo contra o preconceito, e não reprodutoras do mesmo. Desenvolvendo atividades de cunho socioeducativo por meio de diálogos, palestras, atividades sobre inclusão entre outros.

O livro "Colcha de Retalhos: Estudos sobre a Família no Brasil" é uma obra que aborda de maneira ampla e diversificada o tema da família no contexto brasileiro. Escrito por Mírian S. K. Almeida e outros autores, o livro apresenta uma análise abrangente sobre as diferentes configurações familiares, os desafios enfrentados pelas famílias e as transformações sociais que afetam suas dinâmicas.

No livro, é possível compreender a família como uma instituição em constante mudança, influenciada por fatores como urbanização, globalização, mudanças econômicas e avanços tecnológicos. São abordados diversos arranjos familiares, como famílias monoparentais, recompostas, homoafetivas, plurais e intergeracionais, entre outras.

O livro também destaca a importância dos afetos e dos laços familiares para o desenvolvimento individual e social dos membros da família. É ressaltada a necessidade de políticas públicas que considerem a diversidade e valorizem o papel da família como espaço de cuidado, proteção e apoio mútuo, visando a formação de indivíduos saudáveis e a construção de uma sociedade mais justa.

Além disso, são discutidos os desafios enfrentados pelas famílias, como conciliar trabalho e vida familiar, lidar com sobrecarga de responsabilidades, enfrentar a violência doméstica, combater a pobreza e superar a exclusão social. O livro busca estimular uma reflexão crítica sobre as desigualdades e injustiças que afetam diferentes famílias, destacando a importância de políticas e ações que fortaleçam e protejam essas estruturas.

Dentro da Política de Assistência Social, especificamente a PNAS, traz consigo a definição de família dentro dela como sendo o “conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica (Brasil, 2004). ” Essa definição acaba por ampliar o modelo tradicional e padronizado sobre a imagem da família que atualmente conhecemos, aquela que foi pensada e estruturada com a figuras do pai, da mãe e dos filhos.

Graças a evolução da sociedade, e os tantos movimentos de pesquisas e estudos, a família brasileira do contexto atual resulta também num processo de pluralidade em seus

arranjos, que traz para nós novas definições e levando em conta seus aspectos culturais, regionais, suas formas de se relacionar na sociedade.

Podemos destacar alguns dos arranjos familiares existentes atualmente e que devem ter uma atenção técnica por parte da Política de Assistência Social, como das outras Políticas.

Família monoparental: Compreendemos como sendo a entidade familiar que traz em sua composição qualquer um dos pais e sua prole.

Famílias reconstituídas: As uniões reconstituídas são chamadas de recompostas, ou seja, “é aquela entre uma pessoa, que já tem uma família e leva os seus filhos, oriundos desta família, para conviverem com a sua nova relação, que também já tem prole de núcleo antecedente”.

Família homoafetiva: é a entidade familiar composto por pessoas do mesmo sexo. Para alguns juristas, esta união produz todos os efeitos típicos de uma família, gerando os efeitos patrimoniais, e os existenciais.

Família matrimonial: união formal entre um homem e uma mulher, com traços de um direito matrimonializado, patriarcal, hierarquizado, patrimonial e heterossexual.

União estável e concubinato: de acordo com o Tribunal Superior, “é a entidade familiar oriunda da convivência amorosa de um casal, por entender que estavam ausentes os requisitos de respeito e de consideração nesta relação, em virtude da existência de duas uniões de fato concomitantes, o que, no entendimento deste julgado, evidenciou a inexistência de objetivo de constituir família e de estabilidade na relação”.

Multiparentalidade: diferentemente do modelo tradicional, a multiparentalidade “é aquela que parte da perspectiva do princípio da socioafetividade, ou seja, reconhece em situações excepcionais, a possibilidade de um filho ter mais de um pai ou mais de uma mãe”.

Família anaparental: é aquela que apresenta a noção de que uma família não abrange apenas o marido, esposa e filhos, mas que pode ser composta também por pessoas agregadas que compõem um vínculo de família. Trata-se de um núcleo familiar integrado por pessoas que não guardem nenhum vínculo parental estrito ou consanguíneo, apenas o da afetividade.

Poliamorismo (uniões paralelas consentidas): Trata-se de uma “abertura consentida na relação, onde o dever de fidelidade ganha contornos mais abrangentes, porém, não deixa de constituir mais um novo tipo de arranjo familiar que merece, tanto quanto os advindos das entidades familiares.” Como exemplo podemos citar uma família composta por um homem e três mulheres na qual são estabelecidas regras de convivência. (BLOG G SUAS)

Durante as aulas, dentre tantas referências, Lotta, 2018, na obra “Por uma agenda brasileira de estudos sobre implementação de políticas públicas”. Revista do Serviço Público, se destaca por ser uma pesquisadora e professora da área de Administração Pública e Políticas Públicas, onde seus estudos e pesquisas têm se concentrado, entre outros temas, nas questões relacionadas à família e à proteção social. Em suas análises, Gabriela Lotta enfatiza a

importância da família como uma unidade de análise e de intervenção para as políticas públicas, já que as relações familiares exercem forte influência na construção da vida social e nas trajetórias de vida das pessoas. Para Gabriela, as políticas públicas voltadas para a família devem ser capazes de reconhecer a diversidade e complexidade das formas de organização familiar, levando em consideração as diferenças regionais, culturais, econômicas e sociais. Além disso, ela destaca a necessidade de as políticas públicas para a família serem integradas a outras políticas sociais, como as de educação, saúde, assistência social e trabalho, a fim de garantir uma proteção social mais ampla e efetiva.

O reconhecimento da centralidade na família por meio da assistência social se fundamenta pelo fato da mesma ser o núcleo social de características básicas, onde é imprescindível o acolhimento e a inserção desta mesma família na garantia de direitos, na efetivação de geração de autonomia, no fortalecimento dos vínculos, da convivência familiar e comunitária gerando o protagonismo dos indivíduos que a compõe.

Não suficiente, a perspectiva de centralidade na família requer ainda que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) assume o compromisso de desenvolver com eficiência o trabalho social com as famílias considerando sua pluralidade nas configurações, singularidades e particularidade, de maneira tal que a intervenção a ser desenvolvida seja específica e direcionada para cada grupo de famílias atendidas.

3.2 Trabalho social com a família e seus desafios

Partindo da amplitude da assistência social que se apresenta como um direito social incluso por meio da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) é caracterizado, na esfera federal, por meio de uma iniciativa de tornar a família como unidade de atenção (BRASIL, 2004). Trazendo aqui uma definição de cunho inclusivo no que se refere a família, foi o primeiro e essencial documento que passou a utilizar o termo acompanhamento como sendo um processo que viria compreender uma infinidade de ações de grande complexidade e alcance multiformes que, na realidade, caracterizam o processo prático da Assistência Social com as famílias. Dentro dessa proposta, o acompanhamento se materializa como um conjunto diverso de procedimentos e não se restringe a como uma ação qualificada ou específica, do trabalho desenvolvido com famílias.

Em outra dimensão, a falta de especificidade do termo “Acompanhamento” acaba fazendo com que a tarefa desse processo se torne menos rígida, associando a mesma a diversas atividades, como também pode acontecer de não favorecer um direcionamento que seja mais fundamentado sobre o que monitorar, observar e propor para os indivíduos em acompanhamento a garantia de os envolver em um processo que seja contínuo, mantendo a essência do “acompanhar”.

O acompanhamento familiar que se apresenta dentro do PAIF considera diversos parâmetros que o insere na dimensão da cidadania expandida, no objetivo de torná-la diferente de orientações de características assistencialistas. Alguns elementos fundamentais como respeito à diversidade dos atuais arranjos familiares, enfatizado na participação da família no planejamento das intervenções, onde o território é tido como referência para os indicadores econômicos, sociais e importância da integração, potencialização e integração da rede socioassistencial constituída onde conferem uma distinta dimensão a compreensão de trabalho com família.

As ações que geram o acompanhamento familiar se desenvolvem a partir de programas realizados dentro da perspectiva governamental, como também da não governamental, sem falar das organizações e entidades que possuem inscrições no Conselho Municipal de Assistência Social, consolidando o que está previsto dentro da Política Nacional de Assistência Social no que se refere a matricialidade sociofamiliar.

Dentro desse contexto de disputas e busca por conceitos, os espaços devem buscar fortalecer os vínculos, produzir o processo de socioeducação, reorganizar pontos que são de fundamental importância não só para o acompanhamento, como também para a geração de autonomia dessas famílias assistidas pela Política de Assistência Social:

Criar situações em que as famílias possam expressar coletivamente suas dúvidas e conflitos, construindo soluções para os problemas cotidianos, relacionados ao cuidado de suas crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência. Refletir com a família sobre as mudanças em sua dinâmica e redistribuição de papéis, a partir do desenvolvimento de seus filhos. Desenvolver habilidades de cuidado, orientação e acompanhamento das crianças. Debater aspectos relacionados ao desenvolvimento infantil, às necessidades de estimulação nessa fase da vida, à importância de proporcionar espaços e oportunidades voltadas e orientadas pelas necessidades infantis e desafiadoras [...]. (BRASIL, 2006, p. 42).

A geração de autonomia é um dos principais objetivos da Política de Assistência Social no Brasil. A ideia é que os programas sociais promovam o fortalecimento das famílias

e comunidades, capacitando-as a superar as dificuldades que as levaram a buscar ajuda do Estado e se tornarem protagonistas de suas próprias histórias.

Para alcançar esse objetivo, é necessário que os programas sociais adotem uma abordagem integrada, que leve em conta as múltiplas dimensões da pobreza e da vulnerabilidade social. Isso significa que além de oferecer apoio financeiro, os programas também devem promover o acesso a serviços de saúde, educação, cultura, lazer, trabalho e renda, entre outros.

Nesse contexto, é fundamental que os programas de assistência social sejam pensados a partir de uma perspectiva participativa e descentralizada, que valorize o protagonismo das famílias e comunidades atendidas. Isso implica em envolver as pessoas na definição das políticas e programas que afetam suas vidas, garantindo sua participação ativa na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas.

A geração de autonomia das famílias assistidas pela Política de Assistência Social também depende da promoção da educação para a cidadania, que capacite as pessoas a entender seus direitos e deveres e a exercer plenamente sua cidadania. Isso significa promover a formação de lideranças comunitárias, o fortalecimento dos conselhos de políticas públicas, a participação em fóruns de debates e ações de mobilização social.

Em resumo, a geração de autonomia das famílias assistidas pela Política de Assistência Social depende de uma abordagem integrada, participativa e descentralizada, que valorize o protagonismo das pessoas e comunidades atendidas.

3.3 Plano de Acompanhamento Familiar no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O acompanhamento familiar é compreendido como uma peça fundamental do trabalho com famílias, desde que a assistência social se fortaleceu e ganhou espaço levando à condição de direito, o processo prático vêm tentando se distanciar das práticas assistencialista que ainda insistem em ocupar as ações dentro dos equipamentos da Assistência Social, um processo que foi imposto historicamente, por isso a importância de trazer a participação dos nossos usuários para o debate, tornando-os protagonistas nessas ações.

É produzido uma significativa importância, para a as maneiras corretas no processo de acompanhamento, apresentar as duas maneiras de inserção dessas famílias nos serviços da Assistência Social: acolhimento, atendimento e acompanhamento, como prescrito na conceituação do Caderno de Orientações Técnicas do PAIF, especificamente o Vol.2 — Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF):

Atendimento

[...] uma ação imediata de prestação ou oferta de atenção, com vistas a uma resposta qualificada de uma demanda da família ou do território.

Acompanhamento

[...] um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, que pressupõem a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar, com objetivos a serem alcançados, a realização de mediações periódicas, a inserção em ações do PAIF e a busca pela superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas.

Na definição apresentada pelo PAIF, o acompanhamento é trazido como sendo um conjunto de intervenções que são desenvolvidas em serviços de forma continuada, com objetivos traçados e estabelecidos, que envolva processos de longo prazo, para possibilitar às famílias o acesso, sem segregação dos seus direitos, a um espaço onde as mesmas possam refletir sobre as realidades onde estão inseridas, construir outras perspectivas de projetos de vida e o mais importante, transformar suas relações comunitárias ou familiares. Não estamos falando de um processo sem planejamento, e sim qualificado, e acima de tudo executado por profissionais de nível superior previamente capacitados para esta execução, com base em viés ético, conhecimento e pesquisas do território e principalmente das famílias que possuem uma vivência nesse espaço.

Além disso, para garantir que o PAF esteja funcionando de forma efetiva, é necessário realizar o monitoramento e avaliação do programa.

O monitoramento do PAF consiste em acompanhar periodicamente a execução do plano, com a finalidade de verificar se as atividades previstas estão sendo realizadas, se estão ocorrendo dificuldades na implementação e se há necessidade de ajustes. O monitoramento deve ser uma atividade contínua e sistemática que venha corrigir eventuais problemas que possam surgir durante a execução do programa.

Já o processo de avaliação do PAF objetiva verificar o alcance dos resultados e impactos esperados com o programa, podendo ser realizada em diferentes momentos, como ao final de cada ciclo de acompanhamento ou anualmente. A avaliação do PAF é importante para verificar se o programa está atingindo seus objetivos, identificar as principais dificuldades e oportunidades de melhorias, bem como avaliar a satisfação dos usuários.

Entre os indicadores que podem ser utilizados para monitorar e avaliar o PAF, estão a frequência e a qualidade das visitas domiciliares, a participação das famílias nas atividades, o nível de satisfação dos usuários, o número de famílias atendidas e o impacto do programa na melhoria da qualidade de vida das famílias.

O monitoramento e a avaliação do PAF são fundamentais para garantir a efetividade do programa e aprimorar suas ações, visando ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, bem como a promoção do desenvolvimento socioeconômico e da qualidade de vida das famílias assistidas pelo PAIF.

Vale destacar que é extremamente necessário compreender o dinamismo territorial e familiar onde estão os usuários que serão acompanhados, objetivando garantir seus direitos fundamentais. Na concepção de Bourdieu, na obra “Reprodução Social da cultura, do Conhecimento e da Informação”, as diversas formas de se relacionarem, a forma que vivem com as condições apresentadas de uma determinada população contribuem para o processo de construção do sujeito social (1982).

Nessa perspectiva, o trabalho socioeducativo em grupo se encaminha para o reconhecimento das famílias e seus membros como sujeitos de direitos. A pessoa participante do grupo de famílias é levada a ver-se como representante de uma família, cujos problemas vivenciados são comuns a muitas outras famílias que sofrem as mesmas determinações, e que participam de um grupo maior com situações semelhantes. O grupo deve se enxergar enquanto tal, identificar e encaminhar demandas e visualizar suas possíveis soluções, como ainda superar a responsabilização individual pelo bem-estar social, para incluir a dimensão pública e social destas, mediante articulação de serviços e políticas que promovam a proteção social. (TEIXEIRA, 2010, p. 17).

O trabalho social com família na esfera do PAIF constitui-se como uma base da Política Nacional de Assistência Social, que consolida a proteção social como sendo um “direito do cidadão e dever do Estado”, buscando romper e contrapor com as ideias do passado clientelista da política de assistência social brasileira.

Com a formulação e implantação do SUAS, de forma mais específica por meio das ações dentro do CRAS, por meio do PAIF, o Estado oferece ao cidadão o acompanhamento

que é necessário para fortalecer vínculos familiares/comunitários e produção das suas potencialidades, além de outros resultados.

Dentro deste contexto, o Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) desenvolve um papel centralizado como uma ferramenta indispensável e necessária para orientar os trabalhos das equipes referenciadas e concedendo ao usuário participação ampla durante todo o acompanhamento.

Para uma compreensão aprimorada, O Plano de Acompanhamento Familiar é o diagnóstico de uma determinada realidade de famílias que são referenciadas aos serviços de Proteção Social Básica ou Especial, no que se refere aos diversos aspectos da vida em sociedade: emprego/renda, moradia, saúde, convivência familiar/comunitária, educação, vulnerabilidades sociais, riscos, dentre outros.

O território onde as famílias estão situadas, adota uma importância central na elaboração Plano de Acompanhamento Familiar, sendo imprescindível que as equipes de referência tomem conhecimento para identificar de forma correta as potencialidades, como também os possíveis entraves ou riscos que impedem a efetivação do trabalho social com as famílias.

Vale destacar ainda que o PAIF, na efetividade do programa pode ser comprometida por diversos desafios, tais como:

- Falta de recursos: muitas vezes, as equipes que atuam no PAIF não contam com recursos materiais e financeiros suficientes para prestar um atendimento de qualidade às famílias atendidas.
- Sobrecarga de trabalho: a demanda por serviços de assistência social é crescente, o que pode levar as equipes do PAIF a ficarem sobrecarregadas e comprometer a qualidade do atendimento prestado.
- Falta de articulação com outras políticas públicas: a atuação do PAIF pode ser comprometida pela falta de articulação com outras políticas públicas, como saúde, educação e trabalho, que também têm impacto na proteção social das famílias.
- Dificuldade de acesso às famílias: em algumas regiões, pode ser difícil para as equipes do PAIF acessarem as famílias atendidas, especialmente aquelas que vivem em áreas rurais ou em situação de extrema pobreza.

- Dificuldade de engajamento das famílias: algumas famílias atendidas pelo PAIF podem apresentar resistência ao acompanhamento sociofamiliar, o que pode comprometer o trabalho das equipes.

Para superar esses desafios, é importante que as equipes do PAIF recebam apoio institucional, incluindo recursos financeiros e materiais adequados, além de capacitação e suporte técnico para aprimorar sua atuação. Além disso, é fundamental que haja uma articulação entre o PAIF e outras políticas sociais, de modo a garantir uma rede de proteção social ampla e integrada. A participação das famílias atendidas também é essencial, por meio de processos participativos e de construção conjunta dos planos de acompanhamento sociofamiliar.

Quando não há a implementação do PAF dentro do acompanhamento familiar do PAIF, as implicações podem ser diversas. Sem o PAF, a família não recebe o acompanhamento específico e individualizado, o que pode prejudicar o processo de identificação das necessidades, potencialidades e dificuldades de cada família.

Além disso, sem o PAF, as atividades desenvolvidas no âmbito do PAIF podem não ser eficazes na promoção do desenvolvimento das famílias, já que não são adaptadas às necessidades específicas de cada uma delas. Isso pode comprometer a efetividade das ações e a melhoria das condições de vida das famílias. Segundo o Guia de Práticas Públicas, referência utilizada em uma das disciplinas da especialização, os autores destacam o seguinte:

No entanto, o processo de políticas públicas é, em ocasiões, repleto de irracionalidade, inconsistências e falta de coordenação, que podem tornar-se grandes fontes de tensão e sofrimento para esses agentes. Em particular, se os gestores públicos não estiverem familiarizados com a natureza e o funcionamento do processo de políticas, eles podem não ser capazes de elaborar estratégias eficazes para influenciar sua direção e garantir que resulte em um conjunto integrado de resultados. (Xun Wu, M. Ramesh, Michael Howlett e Scott Fritzen – 2014.p.14)

Diante de tudo que foi apresentado, a falta de um Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) pode ser um obstáculo para o sucesso do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), uma vez que esse instrumento é fundamental para garantir a efetividade do acompanhamento familiar e a promoção da proteção social. Nesse sentido, a elaboração de um projeto de intervenção que crie e integre o PAF ao PAIF é de grande importância para fortalecer a proteção social básica e garantir o acesso aos direitos sociais das famílias em situação de vulnerabilidade.

4 - PROJETO DE INTERVENÇÃO

4.1 - JUSTIFICATIVA

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF – tem como função primordial realizar o trabalho social com famílias dentro do território de abrangência onde está instalado o CRAS; esse trabalho social pode ser compreendido como sendo um apoio às famílias no fortalecimento da capacidade de proteção dos integrantes e desenvolvimento da autonomia das mesmas.

Para que isso seja alcançado, o PAIF precisa ser executado com intervenções pautadas em aspectos de cunho objetivos e subjetivos, em todo momento relacionados ao direito à convivência familiar e também comunitária, que venham responder às necessidades das pessoas na integralidade, não focando apenas nas situações tidas como de risco social ou emergenciais.

O acompanhamento familiar tem sua diferença do atendimento pois se trata de algo mais complexo; o mesmo se realiza a partir de diversas intervenções de forma continuadas, onde famílias e os profissionais que atuam no PAIF assumem compromissos baseados na busca pela superação da vulnerabilidade que é apresentada.

O trabalho social com famílias no PAIF pode ser realizado através do atendimento ou por meio do acompanhamento familiar; esse último requer a elaboração do Plano de

Acompanhamento Familiar como forma de registrar o processo do acompanhamento, que pode ser individual por família ou em grupos de famílias. No PAEFI o acompanhamento não difere tanto, exigindo também a construção do Plano de Acompanhamento Familiar.

A importância deste instrumento mostra-se na medida em que: possibilita uma metodologia participativa, a família está inserida na elaboração do plano, como forma de fortalecer a sua autonomia; facilita o alcance dos objetivos determinados nos serviços; rompe com a lógica do modo de atendimento individualizado, porque é possível desenvolver trabalho com grupos; norteia de forma clara o trabalho que será desenvolvido; permite avaliações e adequações constantes.

O Plano de Acompanhamento Familiar não deve ser considerado apenas como sendo mais um formulário no desenvolvimento do trabalho do PAIF. Esse instrumento só pode ser construído a partir de uma percepção e análise técnica, que venha mostrar a necessidade de um acompanhamento mais aproximado, com intervenções de curto, médio e longo prazo, devido às diversas situações em que a família esteja inserida.

4.2 - OBJETIVOS

4.2.1 - OBJETIVO GERAL

Trazer reflexões e orientações sobre a necessidade da aplicação do Plano de Acompanhamento na execução do PAIF no Município de Lagoa de Itaenga/PE e construção do Plano.

4.2.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levar reflexões junto a equipe executora do PAIF no município.
- Apresentar estratégias que poderão ser aplicadas na execução do Plano de Acompanhamento PAIF.

4.3 - METODOLOGIA

4.3.1- Eixo diagnóstico

- Diagnóstico municipal e levantamento de dados durante o 1º mês de execução;
- Aplicação de questionário de sondagem no 2º mês de execução;

4.3.2 - Eixo execução

- Construção do Plano de Acompanhamento da execução do PAIF no município junto a gerência da Proteção Social Básica e equipe PAIF.

4.4 – RESULTADOS ESPERADOS

Participação e integração dos técnicos de referência, executores do PAIF, como também adesão do Plano para o alcance de melhores resultados durante a execução junto aos usuários.

A partir de um planejamento sólido e um olhar técnico aprofundado, a equipe estará apta a executar procedimentos envolvidos no Plano para a continuação do trabalho social com as famílias; vale compreender que o planejamento deve estar aliado ao diagnóstico territorial, possibilitando uma leitura crítica das realidades vivenciadas, das potencialidades e das vulnerabilidades existentes e também.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) é uma ferramenta importante no âmbito do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), que tem como objetivo promover o desenvolvimento das famílias e prevenir situações de vulnerabilidade e risco social.

O PAF é elaborado de forma conjunta entre a equipe técnica e a família, levando em consideração as necessidades e demandas apresentadas pelos membros da família. O plano tem como finalidade planejar e monitorar as ações que serão realizadas ao longo do tempo para promover a autonomia e fortalecimento familiar.

A importância do PAF está na possibilidade de identificar as principais demandas e necessidades da família, de forma individualizada, e traçar um plano de ação específico para cada caso. A partir do plano, é possível definir as ações a serem realizadas pelos profissionais da equipe técnica, como orientações, encaminhamentos para serviços especializados, acompanhamento psicossocial, entre outras.

O acompanhamento do PAF permite que a família receba um atendimento personalizado e adequado às suas necessidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de

vida dos membros da família e a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social.

Portanto, o PAF é uma ferramenta importante no PAIF, pois permite que as ações sejam planejadas de forma adequada e personalizada para cada família atendida, contribuindo para o fortalecimento familiar e a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social.

Compreender a importância da elaboração de um trabalho acadêmico é fundamental para estudantes e pesquisadores que desejam contribuir para o avanço do conhecimento em suas áreas de estudo. O processo de elaboração de um trabalho acadêmico envolve diversas etapas, desde a escolha do tema até a apresentação dos resultados da pesquisa. Essas etapas devem ser conduzidas com rigor e disciplina, para garantir a qualidade e a credibilidade do trabalho produzido.

No que se refere a construção de um trabalho como este, é importante destacar que a escolha do tema é uma das etapas mais importantes nesse processo. O tema escolhido deve ser relevante para a área de estudo e deve permitir a realização de uma pesquisa bibliográfica consistente e abrangente. É importante ter em mente que o tema escolhido deve ser delimitado, para que o trabalho possa ser executado com eficiência.

A pesquisa bibliográfica é a segunda etapa na elaboração de um trabalho acadêmico. Essa etapa envolve a busca e o levantamento de informações relevantes sobre o tema escolhido, que permitam a construção de um arcabouço teórico consistente para a pesquisa. É fundamental que a pesquisa bibliográfica seja conduzida com rigor, para que todas as informações relevantes sejam levantadas e analisadas.

Após a pesquisa bibliográfica, é necessário elaborar um plano de trabalho para o projeto. O plano de trabalho deve incluir a introdução, justificativa, objetivos, metodologia, desenvolvimento, conclusão e referências bibliográficas. A elaboração do plano de trabalho é fundamental para organizar as ideias e apresentar uma estrutura lógica e coerente ao trabalho. Com essa etapa concluída, é possível avançar para a redação do texto, que deve ser clara, objetiva e seguir as normas da ABNT para a formatação do trabalho e das citações.

Em resumo, a elaboração de um trabalho acadêmico é um processo complexo e exigente, que requer atenção e disciplina em todas as suas etapas. A escolha do tema, a pesquisa bibliográfica, o plano de trabalho e a redação do texto são etapas essenciais, que devem ser realizadas com rigor e cuidado para garantir a qualidade e a credibilidade do trabalho produzido. Com uma abordagem disciplinada e cuidadosa, é possível elaborar um trabalho acadêmico de excelência, que contribua para o avanço do conhecimento em sua área de estudo.

A especialização na modalidade EaD trouxe consigo diversos desafios que precisaram

ser superados por nós alunos para o alcance do sucesso. Um dos principais desafios nesse processo é a necessidade de disciplina e organização, uma vez que precisamos gerenciar nosso próprio tempo e definir uma rotina de estudos. Além disso, a falta de contato físico com os colegas e professores acaba sendo um obstáculo para o desenvolvimento de habilidades sociais e a construção de uma rede de contatos profissionais mais eficiente.

Outro desafio da formação na modalidade EaD é a necessidade em que o aluno deve ter no que se refere a habilidade em utilizar as plataformas virtuais de aprendizagem, participar de fóruns de discussão e atividades colaborativas, além de estar familiarizado com as ferramentas de comunicação online. Por fim, a formação na modalidade EaD também exige uma grande dose de motivação e autodisciplina por parte do aluno, uma vez que o processo de aprendizagem é mais solitário e requer uma maior dose de iniciativa por nossa parte.

Ao concluir esta especialização, vem a sensação de realização e gratificação pessoal. Além disso, a especialização traz consigo um saldo de aprendizados e habilidades adquiridas, que serão aplicadas tanto nos contextos pessoal, como e profissional.

O saldo dos aprendizados nesta especialização inclui tanto os conhecimentos teóricos adquiridos quanto às habilidades práticas desenvolvidas. Além disso, a especialização proporcionou um ambiente de aprendizado rico em experiências e trocas de conhecimento, que contribuirão para a formação de uma rede de contatos e relações profissionais. Dessa forma, a especialização foi uma oportunidade valiosa de crescimento pessoal e profissional, que traz benefícios significativos ao longo da nossa carreira.

5 – REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. K et al. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. Brasiliense, São Paulo, 1982. Link de acesso: <http://www.iea.usp.br/eventos/mariza>

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. 05 de outubro de 1998.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: promulgado em 13 de julho de 1990. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

DESCARTES, René. **Discurso sobre o Método** [1647]. São Paulo: Hemus, 1978.

EMERSON, P.; SOUZA, A. **Birth order, child labor, and school attendance in Brazil**. **World Development**, v. 36, p. 1647-1644, 2008.

Freitas, Danielli Xavier. **Modalidades de arranjos familiares na atualidade**. Publicado no site Jusbrasil.

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R.de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 1982.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas**. Campinas: Alínea, 2016.

Lotta, Gabriela; NUNES, A. C.; CAVALCANTE, S.; DAMIATI, D.; BONAT, J. **Por uma agenda brasileira de estudos sobre implementação de políticas públicas**. REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO (ONLINE), v. 69, p. 779, 2018.

LUKÁCS, G. **O trabalho**. In: Ontologia do Ser Social. Tradução de Ivo Tonet. Mimeo, 1981.

Link:<https://daniellixavierfreitas.jusbrasil.com.br/artigos/143732565/modalidades-de-arranjos-familiares-na-atualidade>.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/Suas)**. Brasília, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). **Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**. Brasília, 2006.

MAGALHÃES. E.P. **Documento Técnico sobre Indicadores para Monitorar e Avaliar a Implantação dos CRAS e a Implementação do PAIF**. Brasília, 2008. MDS/PNUD.

Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

Política Nacional de Assistência Social, Brasil, 2004.

Projeto Catavento, Lagoa de Itaenga/PE, 2019.

RAICHELIS, Raquel. **Articulação entre os conselhos de políticas públicas – uma pauta a ser enfrentada pela sociedade civil**. Serviço social e sociedade. São Paulo: Cortez, n. 85, mar. 2006.

TEIXEIRA, S. M. **Família na política de assistência social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar**. Rev. Políticas Públicas, São Luís, v. 13, n. 2, jul./dez. 2009

Wiese, Laurita Michelly; Santos, Rosemeire dos. **A Centralidade da família nas Políticas Sociais da Assistência Social e Saúde: A relevância do debate para o Serviço Social**.

WU, Xun; RAMESH, M; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília, Enap, 2014.